

À Corregedora Nacional de Justiça – CNJ

Ministra Nancy Andrighi

RECEBIDO EM 18/06/2015

As 14:43 HORAS

Rafael Alves

A SOCIEDADE CIVIL REPUDIA O RETROCESSO NO CNJ

Projeto "Justiça Aberta" é garantia de transparência.

Os Movimentos Sociais, reunidos nesta data no Conselho Nacional do Ministério Público, no III Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais, foi surpreendida com a notícia de que o Conselho Nacional de Justiça suspendeu a alimentação do "Justiça Aberta", que compilava dados e relatórios de produtividade dos órgãos judiciários brasileiros.

Em um momento de grave crise de confiança nas instituições públicas, a informação abala os avanços obtidos pelo CNJ. É inegável que, nos últimos anos, o "Justiça Aberta" foi um dos grandes alentos à sociedade na busca pelo acompanhamento da atuação dos órgãos judiciais e pelo controle social.

Para a sociedade civil, a atuação do CNJ não deve encontrar barreiras em obstáculos corporativistas ou forças que sempre buscaram o retrocesso. Importante lembrar que a legitimidade e a sintonia de ações e interesses que unem os órgãos as entidades civis e o Conselho Nacional de Justiça pode ser aprimorada e estimulada com a realização de ações que incentivem a participação da sociedade civil na formulação de expectativas e avaliações críticas sobre a ação da justiça, a exemplo do que tem realizado com êxito o CNMP. Essa interação contínua, fortalece a atuação dos Conselhos e os consolida como agentes de transformação positiva da realidade social.

Posicionamo-nos, portanto, coletivamente, a fim de que as conquistas obtidas com o acompanhamento da produtividade judiciária não se percam, e que a suspensão da atualização de dados do "Justiça Aberta" seja tempestivamente revista.

Brasília, 18 de junho de 2015.

Assinam o presente manifesto:

MOVIMENTO COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL – Luciano Caparroz Pereira dos Santos.

ARTIGO 19 – Joara Marchezini. *Joara Marchezini*

IFC – Instituto de Fiscalização e Controle – Jovita José Rosa. *Asses*

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – Ivana Farina N. Pena. *Ivana Farina N. Pena*

CONTAS ABERTAS – Dyelle de Souza Menezes. *Dyelle Menezes*

INSTITUTO ETHOS – Marina Ferro. *Marina Ferro*

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes – Indira Fernandes.

ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Sebastião C. Rannalle Macedo. *Sebastião C. Rannalle Macedo*

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – IVAN SILVEIRA DA COSTA – *Ivan Silveira da Costa*

EDUCAFRO – Diego Barbosa de Jesus.

FORO DE BRASÍLIA –

Movimento Acorda Marajó – João da Conceição.

Observatório Social de Brasília – Antonio Barros.

Fórum Justiça – Vinícius Alves Barreto da Silva.

AATIM – Associação de Amigos de Timóteo – MG – Sérgio Martins Cruz.

ASAJAN – Associação dos Amigos de Januária – MG – Fábio Oliva.

ACECCI – Ação Cearense de Combate à Corrupção e Impunidade – Francisco Fernandes.

TRANSPARÊNCIA CAPIXABA – Edmar Moreira Camata.

FORÇA TAREFA POPULAR – José Arimateia Dantas Lacerda.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS – Maria da Cruz Pereira da Silva.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – IVAN SILVEIRA DA COSTA.

[Handwritten signatures and scribbles]

*Sérgio
Martins Cruz*

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Maria da Cruz Pereira da Silva

[Handwritten signature]